



Poder Popular



O 25 de Abril está vivo!

editorial

A 9.ª Reunião Plenária do Comité Central do MES revestiu-se de grande importância para a vida interna do partido e para o aprofundamento da tática que temos vindo a levar por diante, nas diversas frentes de combate.

A base fundamental que guia a acção do partido, na política de unidade como na frente sindical, no combate antifascista como na política de resistência à recuperação capitalista e à ingerência imperialista é a Resolução da 8.ª Reunião do Comité Central sobre a actual situação política e a tática dos revolucionários.

Mas justamente esta Resolução exige um aprofundamento fundamental que ligue os objectivos gerais nela consagrados para a nossa tática com os objectivos particulares que importa definir, e temos vindo a definir, nas diversas frentes de luta do movimento popular de massas. Deste ponto de vista, se inserem os avanços consagrados na 9.ª reunião do CC.

ERGUER A CORRENTE SINDICAL REVOLUCIONÁRIA

O Comité Central do MES, na Resolução sobre a tática, considerou que, embora o regime democrático-burguês limitado que a Constituição consagrou não sirva os interesses históricos do proletariado e do povo, por um lado, e as forças de direita estejam a desenvolver uma tática que se destina a alargar as condições favoráveis à implantação de um regime abertamente autoritário e repressivo, na estreita dependência do imperialismo, por outro lado, a actual fase transitória e ainda de compromisso necessário entre as várias fracções da burguesia e de procura pela burguesia de fórmulas transitórias de compromisso com as forças populares.

Nesta fase abrem-se efectivamente possibilidades de, tirando proveito da larga experiência adquirida na luta pelos explorados nos últimos anos, organizar todos os revolucionários e convencer os hesitantes no desenvolvimento, com firmeza e perseverança, da Resistência Popular Activa contra o renascimento do fascismo nas Forças Armadas, do autoritarismo burguês na sociedade civil e a recuperação capitalista, por um Governo de Independência Nacional.

A frente de luta mais importante e prioritária de todas aquelas em que se desdobra a tarefa central imediata da nossa tática — a Resistência Popular Activa — é sem dúvida a luta sindical.

Só a ampla e efectiva organização da corrente sindical revolucionária poderá, evitando o esquerdismo que acaba por servir a direita, contribuir por forma decisiva nesta fase histórica para implantar nas massas, na sua memória, consciência e acção, uma alternativa política global popular e revolucionária.

Esta alternativa não se constrói apenas nem poderá vencer somente através da capacidade que a corrente revolucionária revele, de mobilizar e orientar a acção sindical e as lutas de empresa, mas não há dúvida que, sem se alcançar esse objectivo, os revolucionários se isolam das massas, se expõem às tentativas de golpismo, e não erguerão uma componente fundamental da frente política global nem um dos eixos decisivos da organização política revolucionária, que serão necessários para a vitória.

Continua na pág. 2

O PREÇO DO 25 DE NOVEMBRO E DA "INTEGRAÇÃO EUROPEIA":

▪ GOVERNO AINDA MAIS À DIREITA (Pág. 3)

▪ DESINTERVENÇÕES NAS EMPRESAS (centrais)

▪ AUMENTO DO CUSTO DE VIDA (Pág. 8)

O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!

O poder burguês quer fazer do 25 de Abril de 1977 uma grandiosa festa militarista para ganhar a adesão popular à política de recuperação capitalista e de submissão ao imperialismo que vem cada vez mais descaradamente praticando.

O poder burguês quer jogar com os profundos sentimentos antifascistas do povo para arrebatar a base de massas que tanta falta faz à sua política anti-popular. E conta para isso com a solicitude colaborante dos reformistas que, com o seu «realismo» político comprovado amplamente no 25 de Novembro e depois, se aprestam a fazer-lhe a vontade, para melhor desempenharem o seu papel de «interlocutores válidos e responsáveis» prontos a negociarem as conquistas do povo a troco de migalhas no aparelho de Estado...

Importa, por isso, que os revolucionários se entreguem de alma e coração às tarefas de organização e mobilização para o 25 de Abril, para as comemorações populares que claramente mostram que o 25 de Abril está vivo, que a liberdade e a independência nacional não se hipotecam, que o que os capitães de Abril fizeram, ao povo compete continuar, não deixando que impunemen-

te se vendam as aspirações populares mais sagradas a que o 25 de Abril abriu a porta e que a força imparável dos trabalhadores foi tornando, passo a passo, realidade.

Batalha pela Unidade Popular a que não voltamos costas, o 25 de Abril de 1977 tem de ser marco indelével de que para os trabalhadores portugueses a luta pela liberdade e pela independência nacional continua!



UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

editorial

Continuação da pag. 1.

A fase histórica que vivemos, misturou precisamente de forma invulgar em Portugal, e mesmo para a Europa dos últimos anos, as formas de recuperação capitalista e as próprias contradições ainda subsistentes no seio da burguesia, com formas de avanço dos trabalhadores que tanto revestiram natureza de levantamentos de massa, com fortes efeitos de pressão sobre o aparelho de Estado e todos os aparelhos institucionais, como foram mais longe e se transformaram em ganhos organizativos e em exercício, embora parcelar, de poder político e económico pelos trabalhadores.

Por isso mesmo — e apesar da dominante ser nesta altura, por virtude sobretudo da clara integração no campo imperialista, a recuperação capitalista — abrem-se, mesmo assim, muito maiores possibilidades de acção anticapitalista consciente nos sindicatos e na acção de massas, do que em períodos anteriores.

Na verdade, se o medo da crise económica e, para certos sectores de trabalhadores de serviços e até alguns estratos operários, o receio da perda de posições relativamente mais favorecidas vão dar oportunidade de afirmação no terreno sindical e em certas empresas a uma tendência social democrática de direita (que neste momento está a ser liderada pelo PPD), sucede simultaneamente que os meios cada vez mais autoritários, inflacionistas e dependentes do imperialismo, que a burguesia terá de ter em Portugal para responder àquela crise, tomam também a compreensão da realidade e das únicas alternativas possíveis cada vez mais claras a um grande número de trabalhadores, engrossando a base possível, e por vezes já real da corrente revolucionária.

A realidade vai, portanto, mostrando que os aspectos essenciais do conflito histórico de classe tendem a tornar-se cada vez mais claros junto das massas trabalhadoras, abrindo novas possibilidades ao trabalho revolucionário de massas, tanto mais importantes quando são o fortalecimento, organização e imposição duma orientação revolucionária nas várias frentes de luta, e de baixo de um único objectivo táctico central,

pode erguer a força necessária para derrotar a recuperação capitalista, esmagar o fascismo e escoarçar a ingerência imperialista nos destinos do nosso País e do nosso Povo.

Avulta assim a enorme importância do conjunto de eleições sindicais previstas para todo o ano de 1977. Não se trata de simples apresentação de listas e conquistas de lugares, o que satisfaz a lógica da acção dos revisionistas. Para os revolucionários, nomeadamente para o MES, uma linha revolucionária afirma-se disputando e exercendo a direcção política do movimento de massas de forma alternativa ao reformismo e ao revisionismo e não pela mera demarcação no campo da propaganda e da agitação.

Esta é a orientação sob a qual o partido actua nas eleições sindicais que estão em curso! Lutar pela unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, contra a cisão e o Pacto Social, consolidando, organizando e alargando a corrente sindical revolucionária.

NÃO POUPAR ESFORÇOS NA LUTA PELA UNIDADE POPULAR

Ouro tema que dominou grande parte dos trabalhos da 9.ª reunião plenária do Comité Central foi a política de unidade e a situação do MUP.

Face ao balanço nacional do estado actual do MUP, enriquecido pela intervenção de diversos camaradas responsáveis de todo o país que participaram no ponto da ordem de trabalhos respectivo, o Comité Central aprovou algumas medidas imediatas para responder à grave situação que o MUP atravessa.

Com efeito, o vanguardismo sectário da UDP/PCP(R) tem vindo sucessivamente a por em causa os aspectos fundamentais da plataforma consagrada no Congresso de constituição do MUP.

Ao nível dos diversos sectores e frentes de luta a política de alianças que a UDP/PCP(R) pretende consagrar, recorrendo à maioria numérica de que dispõe em muitas estruturas unitárias face à desmobilização que atingiu os sectores partidários do MUP, torcendo a sua discussão na CNUP que procura paralizar, apresenta graves riscos, a ser posta em prática, em relação aos quais o MES adverte claramente.

Nomeadamente nas eleições sindicais e para outras organizações democráticas de massas (associações de estudantes, etc.) a UDP/PCP(R) tem vindo a propor sistematicamente e a aprovar onde lhe é possível uma acção sectária que despreza a análise de correlação de forças em cada sector e local de intervenção e, não raras vezes, conduz à acção

irresponsável que objectivamente facilita a táctica do inimigo principal, a direita reaccionária e fascista.

Este processo tem conduzido a situações de ruptura nas estruturas de unidade com graves consequências para o futuro do MUP.

Casos há em que a UDP/PCP(R) tem forçado a existência de pseudo-listas dos GDUP's de composição predominantemente partidária que, sem excepções, têm conduzido ao isolamento dos GDUP's — como em Coimbra nas eleições para a Associação Académica ou nas eleições para os Sindicatos dos Bancários e dos Químicos em Lisboa.

O MES repudia esta acção sectária, adverte das graves consequências que comporta para o futuro do MUP e afirma claramente que não dará cobertura a tais acções da UDP/PCP(R).

Ao mesmo tempo, a UDP/PCP(R) tem vindo a por em prática sistemáticos entraves ao funcionamento da CNUP, desrespeitando as suas decisões nomeadamente no que diz respeito à eleição das estruturas intermédias do MUP por listas e representação proporcional.

Exemplo mais recente é ainda a edição de um cartaz de propaganda sobre o 25 de Abril que inclui algumas das palavras de ordem partidárias da UDP («os ricos que paguem a crise» e «25 de Abril do Povo») e surge sem sequer referir qual a estrutura responsável de tal edição, abusando da sigla MUP.

Para o MES, tal acto é, por si só de gravíssimas consequências, impondo-se de imediato firme posição do Secretariado da CNUP que denuncie e averigue as responsabilidades nesta acção, e uma acção enérgica do nosso partido de esclarecimento público sobre o seu significado altamente sectário que põe directamente em causa os compromissos políticos em que assentou a criação do MUP.

O MUP é um instrumento de grande importância para o prosseguimento do projecto de Unidade Popular que a candidatura revolucionária do camarada General Otelo despoletou.

A ruptura da plataforma unitária do Congresso dos GDUP's que criou o MUP, que a UDP/PCP(R) vem praticando, é um acto de grandes e funestas consequências políticas que conta com a nossa mais firme e intransigente oposição.

A nossa política de unidade é clara e não comporta quaisquer cedências em relação ao vanguardismo sectário e irresponsável que ameaça o futuro do MUP.

A estes princípios se subordina a nossa prática, ontem como hoje, e não pouparemos esforços no sentido de levar por diante a luta pela Unidade Popular, combatendo firmemente todos os que objectivamente se tornem seus adversários.



notícias do MES

CHAVES Estudantes contra autoritarismo do Cardia

Muitas das «baterias» da direita reaccionária estão hoje apontadas para as escolas. Não são já as pequenas medidas democráticas ou a intervenção deste ou daquele bando fascista. O que está em jogo é um plano global de reconversão capitalista das escolas, de ataque às mais profundas conquistas operadas nas escolas depois do 25 de Abril; é um plano que tem como alvo central, nesta fase, o estrangulamento, a destruição, o aniquilamento da Gestão Democrática que nós, estudantes, professores e funcionários progressistas, erguemos das cinzas do fascismo.

É assim que vemos o sr. Cardia impor-nos, sucessivamente, medidas como:

- Pretensão de reestruturar o ensino unificado, esvaziando-o de todo o seu conteúdo progressista, principalmente ao acabar com a disciplina de Ciências Sociais e ao mudar os programas de outras;
- Proibição de entrada na escola a pessoas estranhas, fechando-a assim ao meio social;
- Decisão de regresso aos pontos de exame elaborados a nível nacional para

todas as disciplinas do Curso Complementar e para Português e Matemática do Curso Geral;

— Alterações na determinação do processo de classificação finais de cursos no ensino secundário, especialmente no que diz respeito às notas de dispensa de exame. Isto é querer avaliar todos os alunos pela mesma medida, mesmo que as situações reais sejam diferentes;

— Finalmente, a proibição de levar para as aulas qualquer texto ideológico, mesmo a pretexto de intervenção narrativa ou estilística.

Que se pretende com isto? Qual o significado de tentar instaurar processos sem qualquer justificação, nem pedagógica nem social? Como podemos aceitar que essas medidas sejam apresentadas como decisões superiores, sem ter havido uma discussão prévia pelas pessoas a quem elas interessam? Será que já nos querem obrigar, novamente, à atitude do «come e calas»? Não camaradas, estas medidas não podem ser aceites nem se pode permitir que sejam levadas à prática, porque

temos consciência de que o sr. Cardia está bem certo das consequências dos seus decretos e despachos, porque temos cada vez mais pelo ensino deste País.

E que não esqueçamos que todas as medidas impostas apontam, afinal, para o aniquilamento de toda a participação, para o destruir do espírito crítico, para o regresso ao obscurantismo mental que se queria definitivamente arreado da vida portuguesa, quer nas escolas quer fora delas.

— Contra as medidas reaccionárias do M.E.I.C. Unidos e organizados venceremos!

— Por um ensino popular e anticapitalista!

A Célula do M.E.S. da Escola Ind. Com. Chaves

ARROIOS Jornada de confraternização partidária

No passado dia 18 decorreu na sede do nosso partido em Arroios uma jornada de convívio e confraternização que reuniu grande número de camaradas e simpatizantes.

Evocando os 2 anos de trabalho no núcleo de Arroios, um camarada do secretariado de núcleo iniciou a sessão com uma intervenção sobre o processo que decorreu e seguiu ao 11 de Março de 1975, nomeadamente o papel do MES nas ocupações de casas na zona e posteriormente na dinamização de CM's e assembleias populares.

Seguiu-se uma projecção de «slides» sobre as movimentações militares do 11 de Março e as manifestações de apoio às nacionalizações e à Reforma Agrária.

A DORL, através de uma delegação, leu uma saudação a todos os camaradas presentes onde sublinhava a importância deste tipo de realizações que o nosso partido em já vários núcleos vem levando a cabo.

Antes da intervenção do camarada da Comissão Escola do Partido houve um pequeno intervalo em que os camaradas presentes puderam apreciar os vinhos e petiscos fornecidos por camaradas do núcleo, ouvir boa música e conviver num

ambiente de sa camaradagem e jovialidade.

O camarada da Comissão Escola do partido relembrou o significado da efeméride da Comunidade de Paris, enquadrando historicamente, referindo os inúmeros ensinamentos em que aquela experiência do proletariado parisiense é rica e traçando até os paralelos que julgou oportunos com o processo revolucionário português.

Depois o camarada do CC numa breve intervenção fez um apanhado da situação política, particularmente no que respeita à caracterização da actual fase da luta de classes, a questão da persistência da democracia burguesa e a ameaça fascista e sobre as dificuldades que o processo de unidade deste momento enfrenta. Referiu também os esforços desde sempre desenvolvidos pelo MES na procura da unidade e no entendimento entre as diversas forças políticas.

De salientar por um lado o empenhamento partidário dos camaradas do núcleo e por outro a presença activa e alegre de muitos simpatizantes e camaradas que conosco trabalharam na unidade popular que, num esforço colectivo e comum, contribuíram para pôr de pé mais uma iniciativa do MES.

Romper a conspiração do silêncio!

— Comunicado conjunto FRETILIN-MES



Uma delegação da Fretilin, dirigida por José Ramos Horta, membro do Comité Central e Secretário do Departamento de Relações Externas, e uma delegação do Movimento de Esquerda Socialista, composta por Nuno Teotónio Pereira e por Fernando Ribeiro Mendes, do Secretariado do Comité Central, encontraram-se a 18 de Março em Lisboa, no seguimento de contactos anteriores entre as direcções das duas organizações.

No discurso da reunião, a delegação do M.E.S. pôs os camaradas da Fretilin ao corrente da evolução do processo político em Portugal, caracterizado pela ofensiva da burguesia com vista à recuperação capitalista, no ataque às conquistas revolucionárias, no avanço fascista no seio das Forças Armadas e na cada vez maior dependência do imperialismo. Foi ainda exposta a táctica do M.E.S. face a essa situação, no fortalecimento da resistência popular activa, por um governo de independência nacional e

nos esforços continuados para erguer uma alternativa de unidade popular.

Por outro lado, a delegação da Fretilin descreveu a situação actual da luta na República Democrática de Timor Leste contra a invasão indonésia, obedecendo ao princípio de contar com as próprias forças. As vitórias obtidas nos campos militar, económico, político e diplomático, ao mesmo tempo que fortalecem as posições dos patriotas, têm contribuído para agudizar as contradições no seio do corrupto regime da Indonésia, servindo de estímulo para as lutas contra o fascismo e o imperialismo no sudeste asiático.

As delegações presentes acentuaram a necessidade de combater a conspiração de silêncio em Portugal contra a justa luta do povo de Timor-Leste e reafirmaram a profunda identidade de objectivos dos respectivos partidos na luta anti-imperialista, pela liberdade dos povos e pela abolição de todas as formas de exploração do homem pelo homem.

O descasque da cebola....

Soares disse e desdisse, mas a remodelação ministerial saltou mesmo «à trouxe-mouxe». Remodelação, ou reajustamento como o primeiro-ministro preferiu dizer, mas pouco importa... Porque Ramalho Eanes, cada vez mais presidencial, encarregou-se de a definir sem margem para dúvida: «este governo reflete uma solução política que deriva da correlação das forças e das condições objectivas que o País atravessa».

Em português menos presidencialista podemos dizer: a remodelação está à medida das imposições dos imperialistas (*) e reflecte a relação de forças entre uma burguesia que ainda não recuperou do susto de dois anos de intenso avanço operário e popular e um movimento popular de massas, dividido e acusando certa desorientação, mas ainda cheio de vitalidade e muito longe de estar derrotado.

A incorporação de independentes de lealdade incontestável aos interesses do capital nacional e estrangeiro, o clima



Sempre, sempre, mais à direita. Até onde?

cada vez mais amistoso entre as forças políticas que integram a tão falada maioria presidencial marcam no governo reajustado mais um passo no reforço do autitarismo burguês, na recuperação capitalista e na submissão ao imperialismo.

Evidentemente que tudo isto tem o seu preço. E quem o está a pagar para já é o próprio Partido do dr. Soares. A conjugação das pressões da direita com a crescente recusa popular da política de Soares encorajou o PS numa autêntica operação de «descasque da cebola» que, pelucila a pelucila, se vai reduzindo, reduzindo, e nem carço deixa.

Nova facada na «cebola» pode vir a ser, inclusive, a reaparição do almirante «sem medo» que, nem capitalista nem socialista (simplesmente almirante...) quer liderar um movimento político que poderá recolher algumas bases do próprio PS.

Os efeitos práticos do «descasque» estão já à vista — o enfraquecimento da posição do PS no movimento cisionista da Carta Aberta, que o PPD se prepara para arrebatar a médio prazo.

Tão vasta recomposição política abre, como já mais de uma vez dissemos, largo espaço para a acção e iniciativa dos revolucionários. O PCP, isolado e depenurado numa tática frontista que não tem aliados, que mal tapa as ambições de «reconstrução» do MFA, não oferece um projecto político capaz de recolher o descontentamento, dos trabalhadores do PS nomeadamente, e uma o que está disperso no campo popular.

A grave crise que o MUP atravessa compromete sem dúvida o preenchimento pelos revolucionários desse largo espaço de intervenção e luta.

A tentação sectária que atravessa todo o campo revolucionário, fruto de dezenas de anos de vida marginal à luta das massas e à política que ao povo interessa, está presente nas dificuldades que as diversas forças do campo revolucionário enfrentam. Sucessivamente clarificado, com a passagem do PRP ao estatuto de mero observador interessado nas hipotéticas conspirações militares «de esquerda», com o regresso às origens de sectores oscilantes que inicialmente se comprometeram activamente na campanha de Otelo, e as convulsões grupculares que atravessam a UDP/PCP(R) — veja-se a expulsão de «Gregório» e a crescente luta entre as correntes que lhe estão na origem, FEC/OCMLP, CARP/FAP, etc. — o campo revolucionário não comporta, sob risco de autodestruição pela via da cebola, mais adiantamentos nem compassos de espera, no que diz respeito à Unidade.

A Resolução Tática do Comité Central do MES, saída da sua 8.ª Reunião Plenária, avançando o objectivo central da Resistência Popular Activa por um Governo de Independência Nacional é a plataforma que abre a alternativa no campo revolucionário para a unificação e consolidação do movimento popular.

Sem tática, os revolucionários, com ou sem partido, não passarão de joguetes episódicos nos grandes conflitos sociais e políticos que o País atravessa.

Sem tática, os revolucionários estariam remetidos ao pedagogismo inútil ou ao sectarismo infantil que as massas desprezam e a que justamente voltam as costas.

Sem tática, não se faz política, mas quando muito animação de base inconsequente.



Em liberdade e segurança, a recuperação capitalista avança. Quem paga (claro!) são os trabalhadores.

ainda que bem intencionada.

Este é o desafio que os revolucionários portugueses enfrentam. Para o vencer importa preservar e desenvolver os instrumentos mais eficazes para levar por diante a tática que definimos. A criação de uma forte corrente sindical revolucionária assim como unidade de acção já conseguida em torno de objectivos parciais de luta são-no, sem dúvida, como o MUP deve sê-lo.

E é nas batalhas que directamente interessam ao povo que estes instrumentos se forjam e consolidam, a unidade revolucionária e a Unidade Popular ganham conteúdo que o povo claramente compreende e assume.

Cabe aos revolucionários dizer «presente!», assumindo a direcção dessas batalhas.

(*) Para já, pois como diz Magalhães Mota do PPD, «a fórmula agora adoptada pelo primeiro-ministro ainda se revela incapaz de suprir as dificuldades existentes, quer em termos internacionais, quer nas próprias ligações do Governo com a Assembleia da República, onde se vê forçado a ter que realizar sondagens antes de se lançar medidas». A coligação seria o passo seguinte...

FRANÇA Vitória da "Esquerda Unida" e avanço dos revolucionários

Os resultados das últimas eleições municipais na França mostram claramente que a direita foi derrotada e que a esquerda é maioritária, obtendo 51,5 por cento dos votos. No entanto, e apesar deste resultado corresponder à vontade política de por fim ao regime de Giscard/Barre e aos seus «planos», é Giscard/Barre quem governa. E é Chirac o Presidente do Município de Paris, eleito por uma população burguesa e envelhecida, já que os proletários da capital foram expulsos para os arredores pela especulação imobiliária.

Alguns serão tentados a esperar as próximas eleições... É a atitude da «Esquerda Unida» que evitou tomar posições triunfalistas. Para que os trabalhadores não se lembrem de lhes pedir que assumam a sua vitória. Pois isso significava tomar a dianteira das lutas que continuam a desenvolver-se em França apesar do mutismo que as cercou durante a campanha eleitoral.

Entretanto vários sectores da burguesia assistam-se com a situação criada e apontam para eleições legislativas antecipadas. Numá secreta esperança que a direita recupere.

As forças políticas de esquerda revolucionária que constituiram a frente que se apresentou às eleições «pelo Socialismo, o poder aos trabalhadores», sem esquecer o papel que lhes cabe na organização e direcção dos revolucionários, reconhecem que devem manter-se na batalha eleitoral, mas numa base mais alargada que a actual.

Os 5 por cento dos votos obtidos nos círculos onde o PSU não concorreu ou os 2 ou 3 por cento recolhidos onde o PSU se aliou à «Esquerda Unida», mostram bem que a frente dos revolucionários tem de mobilizar camadas mais vastas, englobando os ecologistas, PSU e outras forças que se reivindicam do Movimento Popular. Sem esquecer que os ecologistas obtiveram 10 por cento dos votos na 1.ª volta, que passaram quase integralmente para a esquerda na segunda volta e que o PSU, aliado à «Esquerda Unida» sem subscrever o Programa Comum e mantendo a sua posição crítica relativamente a este, concorreu em 19 cidades importantes conseguindo fazer eleger algumas dezenas de militantes para os Conselhos Municipais.

ÁFRICA Uma nova força cresce e organiza-se

O desenvolvimento da luta armada no Zimbábwe e no Sahará, tal como o seu reaparelamento no Zaire em termos organizados, o avanço do processo revolucionário na Etiópia e na Líbia, a crescente definição anti-imperialista de países como a Somália, a Tanzânia, a República Malgache, a R. P. do Congo e o Benin, mostram claramente o fortalecimento das forças progressistas e revolucionárias no continente africano, renunciando à derrota das alternativas de compromisso, afanosamente tentadas pelo imperialismo para manter o seu domínio.

A viagem de Fidel Castro, fazendo como que o traço de união entre todos estes países, e as suas claras atitudes de internacionalismo activo, vieram pôr à luz do dia a força deste movimento.

O recurso ao assassínio (como o do presidente N'Goubi, do Congo e a tentativa contra Kerekou do Benin), a pseudo-liberalização do regime marroquino, o recrutamento em massa de mercenários para defender o racista Ian Smith, os aflitos apelos de Mobutu, as potências imperialistas, mostram o desespero dos respectivos regimes para evitarem a sua queda.

Em África, pois, que o imperialismo vê mais imediatamente ameaçado o seu domínio, é aí que a correlação de forças a nível mundial consagrada pela coexistência pacífica entre os dois grandes blocos vê o seu equilíbrio

ameaçado. Uma nova força cresce e se organiza, não já em termos de um Terceiro-Mundo subalterno e contraditório, mas como força revolucionária consciente do seu poder e das tarefas que tem à sua frente, verdadeiramente socialista se vê obrigado a apoiar, mas sem poder assegurar o seu controlo.

Alfás, sempre Moscovo recebeu, e por isso tem procurado dividir e instrumentalizar, alguns sectores do movimento revolucionário mundial. Foi obrigado a partilhar com a China o apoio à luta dos povos da Indochina; é obrigado a aceitar como facto consumado e fenómeno autónomo a solidariedade internacionalista de Cuba para com a R. P. de Angola e os movimentos de libertação africanos. Será obrigado em futuro próximo a reconhecer e apoiar as lutas dos povos do Sahará e de Timor-Leste, que até agora têm ignorado.

A crítica aberta de Nyerere à política soviética quando da recente visita de Podgorny à Tanzânia, o apoio agora declarado da URSS à Frente Patriótica do Zimbábwe, que foi criada da margem da sua política e é um resultado da radicalização da luta na África Austral, são episódios que só podem ser compreendidos no contexto do surgimento de uma nova frente anti-imperialista que, de Cuba ao Vietname e Coreia do Norte, se alarga e fortalece de norte a sul do continente africano.

Portugal não está á venda!

Tempos atrás gostava Mário Soares de salientar o facto de, no seu dizer, «prezarmos mais do que ninguém a independência nacional do nosso país», ao mesmo tempo que atacava «aqueles que a querem hipotecar à esquerda».

Pois bem, agora o facto é que a hipoteca é Mário Soares e o seu Governo dito «socialista» que a faz, e (por certo não apenas por birra...) à direita.

É bem verdade que o nosso país, neste momento, está em grande medida, e fundamentalmente no campo económico, a ser comandado pelos imperialistas americanos e pelo sub-imperialismo europeu. Os momentos em que o Governo tem adoptado a nova política económica ali estão para o demonstrar: foram as pressões imperialistas que, caso a caso, motivaram essas medidas, em grande parte as mesmas reivindicadas pela CIP.

Mas não há dúvidas, entretanto que tudo isso é coerente da parte desse Governo; procurando «vencer a crise» dentro dos quadros e regras do capitalismo, só tem como saída um endurecimento progressivo e um total alheamento aos problemas e interesses dos trabalhadores, da classe operária e do povo português. Isto é, pôr-se ao serviço da satisfação dos interesses dos «novos» capitalistas, os «empreendedores», pois é evidente que sem eles (e a iniciativa privada) a «salvação do país» dentro das regras e do Mercado Comum capitalista não poderia ser possível. Esse, precisamente, o sentido das medidas até hoje anunciadas pelo Primeiro-Ministro Mário Soares.

OS MOTIVOS

E o que motiva directamente a adopção dessas medidas? Eis alguns dos factos mais recentes entre outros que, nomeadamente, temos vindo a denunciar:

— o «Wall Street Journal» órgão de imprensa dos grandes interesses capitalistas americanos, ainda há bem pouco tempo desaconselhava o investimento em Portugal (uma boa forma de pressão para quem quer e clama por esses investimentos);

— o embaixador inglês em Portugal, num encontro com a imprensa, anunciou que se o «Governo português decidir reformular algumas das cláusulas do código dos investimentos estrangeiros, é muito provável que empresas inglesas se interessem por determinarem-se empreendimentos em Portugal». E, a propósito, acentuou que a nossa actual lei sobre os despedimentos contiu, de momento, um sério obstáculo ao investimento estrangeiro no sector industrial (que maior e cinica ingerência e chantagem políticas seriam possíveis?);

— a Câmara do Comércio Internacional, que representa cerca de 4000 empresas internacionais, reivindicou junto do Governo através da sua delegação em Portugal, condições mais atractivas e mais seguras para o investimento estrangeiro em Portugal. As preocupações dos Capitalistas estrangeiros estão bem patentes nesta posição da CCI, na medida em que ela fala da necessidade de clarificar três pontos: a regulamentação do con-

trolo da gestão pelo trabalhadores, a definição dos limites do sector privado (não se deveria proibir novas empresas do sector privado nos domínios em que se efectuaram nacionalizações) e o pagamento das indemnizações pelas nacionalizações efectuadas em 1975).

Estes, é claro, alguns exemplos de entre muitos outros que existiram e que ainda não vieram, nem porventura virão, a lume, e que representam a demonstração cabal de que as medidas tomadas são efectiva cência aos Capitalistas, por que correspondentes às suas aspirações, colocando o Governo PS à cabeça da interpretação dos interesses da própria recuperação capitalista (tal como ainda se refere no artigo das Centrais sobre as desintervenções nas empresas).

Mas para além daquelas medidas de âmbito económico e que representam um dos maiores ataques até hoje sofridos pelas conquistas que os trabalhadores portugueses alcançaram na luta, dois factos escandalosos amplamente demonstram o que é a independência nacional para o actual Governo PS e qual a medida da ingerência imperialista no nosso país, por ele consentida.

Trata-se de um Contrato realizado pelo Governo com os EUA ao abrigo do qual a estação emissora destinada por «Europa Livre» e controlada pela CIA (na dependência do Departamento do Estado norte-americano, dedicando-se exclusivamente a divulgar propaganda anticomunista) conti-

nua a operar em Portugal, e ainda a aprovação de um empréstimo americano de 34,5 milhões de dólares a Portugal sob a forma de auxílio militar que se destina a equipar a brigada de tropas (5000 homens) da NATO no nosso país-verbena essa concedida atendendo a que (no dizer do Senado americano) «é do maior interesse para Portugal que esta brigada seja adequadamente equipada».

CARLUCCI EXPLICA

E aliás tudo se torna bem claro quando é o próprio Franck Carlucci, embaixador dos EUA no nosso país, que nos vem dizer que «a única finalidade dos programas de colaboração é a de ajudar o processo de desenvolvimento económico em Portugal, sem o qual não haverá a independência que o povo português tanto deseja», depois de ter salientado que as recentes medidas de ordem económica decretadas são «prova de que o Governo está seriamente interessado em tomar as medidas necessárias para desenvolver o processo económico».

Nesta situação, quando o Governo e Imperialistas americanos estão de acordo quanto ao que importa para a independência e o desenvolvimento económico do nosso país, a luta anti-imperialista e pela independência nacional ganha uma nova e redobrada importância (tal como salientava a resolução do 8.ª reunião plenária do CC do MES) na luta do proletariado e do povo português.

LUTA SINDICAL: Pela unidade dos trabalhadores! Contra a cisão e o pacto social!

1. As eleições sindicais são uma das grandes batalhas que as forças revolucionárias enfrentam este ano, só superada em número pela que se desenrolou em 1975 logo após a publicação da lei sindical.

Para as forças revolucionárias a importância e significado destas eleições vai muito para além da simples apresentação de listas e conquistas de lugares nas diversas direcções, secretariados e comissões, que satisfaz e faz mover forças como o PCP e PCP (R).

Uma linha revolucionária afirma-se disputando e exercendo a direcção política do movimento de massas de forma alternativa ao reformismo e ao revisionismo e não pela mera demarcação no campo da propaganda e da agitação.

Para os revolucionários, a Reestruturação do Movimento Sindical não é uma simples concessão em palavras aos adversários (como para o PCP) nem apenas uma hipótese de uma boa campanha de agitação e demarcação, apenas a esse nível, contra a linha sindical do PCP (como para o PCP

(R)/UDP), mas sim uma necessidade imperiosa da luta contra a cisão do movimento sindical. Erguer um sindicalismo de combate e democrático a partir dos locais de trabalho e erguer sindicatos verticais ao serviço da luta das massas trabalhadoras é a posição dos revolucionários que possibilita a derrota das forças da cisão.

Para os revolucionários a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é um ponto central de afirmação e construção da alternativa ao reformismo e ao revisionismo, por um lado, e uma exigência da luta antipatronalista, por outro lado; sem organização democrática e de massas nos locais de trabalho e sem a autonomia de classe dessa organização não é possível conduzir, na actual fase, uma política revolucionária que ligue solidamente a luta contra o desemprego, a carestia de vida, a austeridade de miséria e o Pacto Social com o desenvolvimento da Resistência Popular Activa ao autoritarismo burguês e à recuperação capitalista.

to Social com o desenvolvimento da Resistência Popular Activa ao autoritarismo burguês e à recuperação capitalista.

MELKA-CACÉM E SAPATEIROS-AVEIRO

do verbalismo radical à prática conciliatória

As tarefas de consolidação, organização e alargamento da corrente sindical e revolucionária e a luta pela unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, contra a cisão e o pacto social têm sido como obstáculos atitudes esquerdistas e irresponsáveis que, veiculadas para o interior do movimento sindical por sectores afectos à UDP/PCP(R), mais não fazem que cavar o divisionismo e levar à prática a conciliação.

São claros exemplos desta prática o que recentemente aconteceu na Melka do Cacém e no Sindicato dos Sapateiros

de Aveiro.

No primeiro caso a comissão sindical hegemonizada pela UDP/PCP(R) entrou em acordo com a administração da firma aceitando um aumento de 690 escudos mensais (cerca de 15 por cento do salário mínimo), o aumento dos «prémios de assiduidade» de 150 para 450 escudos por trimestre e comprometendo-se a não promover greves ou paralisações.

Isto, enquanto correm as negociações do Contrato Colectivo, em que as tabelas salariais serão um ponto essencial a discutir e em que a greve tem

ACTUAÇÃO ERRADA NAS ELEIÇÕES DOS BANCÁRIOS

2. O balanço das eleições para direcções sindicais já realizadas, nomeadamente a não participação em algumas delas, bem como a participação na lista E no Sindicato dos Bancários do Sul e IJhas e o não desmascarar dos processos em que a UDP/PCP(R) tem utilizado a cobertura da sigla «Gdup» para apresentar listas partidárias, que ainda iludem um ou outro revolucionário menos atento e em nada contribuem para o fortalecimento da corrente sindical revolucionária, mostra alguns erros praticados pelo nosso partido que não estão de acordo com a importância e significado da batalha das eleições sindicais.

ACEITAR O JOGO DA PARTIDARIÇÃO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS, selando uma aliança pontual em contradição com a que erguemos e apoiámos no Congresso dos Sindicatos por um lado, e aceitar a disciplina interna dos GDup's sem ter em conta, em toda a sua extensão, a correlação de forças e a im-

portância das eleições, foi o que o nosso partido fez ao permitir a integração de alguns militantes na lista E para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul, contribuindo objectivamente para a vitória da lista da cisão, da lista do PPD e caindo no terreno divisionista do PCP(R)/UDP.

NÃO AO DIVISIONISMO

3. A importância das decisões da 9.ª reunião ordinária do CC sobre o trabalho nos sindicatos é deste modo evidente e constitui uma poderosa arma para corrigir tais erros. Com efeito, depois de analisada a importância e significado das próximas eleições, o CC aponta as seguintes grandes linhas de acção:

«O nosso Partido só poderá enfrentar estas batalhas de uma forma coerente com o nosso Programa revolucionário e de uma forma de onde possa sair reforçado se colocar como objectivos tácticos centrais os seguintes:

(I). Consolidar, organizar e

Poder Popular



Em Janeiro de 75, centenas de milhares de trabalhadores desceram à rua e impuseram a unicidade sindical. Terá sido em vão?

alargar a corrente sindical revolucionária;
(II). Lutar pela unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, contra a cisão e o Pacto Social.

O CC, chama a atenção para que estes dois objectivos se articulam estreitamente e não podem ser aplicados e prosseguidos independentemente um do outro:

— Sobrevalorizar o segundo em detrimento do primeiro, colocar-nos-ia na posição

de muleta da linha e das posições sindicais do PCP, levando-nos a perder em meses o que erguemos em anos de trabalho político.
— Sobrevalorizar o primeiro em detrimento do segundo, colocando-nos-ia na posição

SECURITAS luta e vitória

O não cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho pela administração levou os trabalhadores vigilantes da SECURITAS (empresa sueca) a desmobilizarem uma luta que culminou com a greve de braços caídos a nível nacional depois de 3 dias de greve de zelo.

No decorrer dos dias de greve, cuja adesão foi de 90 a 100 por cento, tiveram lugar no Ministério do Trabalho as negociações em que participaram o Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, Vigilância e Limpeza, Delegados Sindicais da Securitas, e a administração da empresa, com a presença de muitas dezenas de trabalhadores (que foi proibida pelo MT no último dia de negociação).

Nos dois primeiros dias a administração recusou-se a negociar na base da proposta apresentada pelos trabalhadores, mas acabou por ceder a verificar que os trabalhadores não desmobilizavam, ao ponto de vir ao encontro da proposta apresentada, comprometendo-se a cumprir o ACT a partir de 1 de Janeiro deste ano, ficando os retroactivos será tratada numa segunda fase de negociações a realizar no MT dentro de 15 dias.

Com esta vitória os trabalhadores vigilantes da Securitas e os seus Delegados Sindicais e o Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, Vigilância e Limpeza souberam mostrar aos chefes e patrões daquela empresa multinacional a força dos trabalhadores que se unem, organizam e se empenham na luta pela defesa dos seus interesses de classe.

BAIRRO 14 DE JUNHO Incêndio em bairro de lata mata duas crianças

Novo incêndio deflagrou num bairro de lata da zona de Moscavide/Olivais. Desta vez foi no bairro «14 de Junho» onde há cerca de duas semanas tínhamos estado em jornada de confraternização militante.

Este incêndio provocou a destruição de duas barracas e a morte de duas crianças (de um ano e dois anos) apesar de toda a população do bairro ter acorrido em auxílio dos atingidos.

garantir um mínimo de condições, a CM e a Direcção de Cooperativas de Habitação desenvolveram todos os esforços para garantir-lhes guarda, enquanto as autoridades contactadas se ficavam pela passividade e pela indiferença.

No próximo número do «Poder Popular» publicaremos um artigo sobre a luta dos moradores do bairro «14 de Junho» por uma habitação digna, que pela riqueza dos seus enfeites pessoais e a retirar da crise financeira os seus próprios frutos. Entretanto os

POLÍTICA DO GOVERNO desintervenções para devolução aos patrões — um estranho caminho para o socialismo ...

A resolução da 8.ª Reunião Plenária do C.C. do MES salientou claramente a importância que o pacto social assume na actual situação política para o imperialismo e para o revisionismo. Aí se afirmava, nomeadamente: «Tal pacto social será o processo de fazer aceitar ao povo trabalhador a redução drástica dos salários reais, através da subida do custo de vida e a reconstrução dos mecanismos de repressão, da fábrica até toda a sociedade».

O desenrolar dos acontecimentos desde então, tem vindo a confirmá-lo pelos factos. Para além de alguns aspectos já focados em números anteriores do «Poder Popular», tais como o esvaziado cabaz de compras, o decreto-lei limitando os aumentos salariais a 15 por cento, a repressão brutal pela GNR aos trabalhadores têxteis em luta pelo CCTUV, a desvalorização do estudo, a mendicância de Mário Soares pela Europa, outros vieram juntar-se.

Destes, tem particular significado o acordo assinado há três semanas entre o P.P.D. e o PS que abordámos em posterior no último número, interessante apenas salientarmos que ele traduz uma primeira unificação da estratégia das várias facções da burguesia nacional e internacional representadas por aqueles dois partidos, procurando ganhar força para impor o desejado Pacto Social aos trabalhadores.

E para tanto, haveria que começar por aplanar o terreno. Assim, passou o Governo a elaborar toda uma série de legislação antioperária que fundamentalmente se destina a dar nova confiança ao investimento dos capitalistas, nacionais e estrangeiros (de que são exemplos frisantes a proposta de lei da greve, o Decreto-Lei n.º 49/A/77 que vem limitar o aumento dos salários a 15 por cento, a proposta de lei sobre regulamentação das Comissões de Trabalhadores, o pro-

jecto de lei sobre a cobrança da quotização sindical), e iniciou ainda a fase de desintervenções nas empresas antes boicotadas ou sabotadas pelos patrões que vêm agora em multos casos colher os frutos do esforço dos trabalhadores, que, mediante a intervenção estatal, em muitos casos souberam recuperar essas empresas e mantê-las em plena produção.

Daí que, ainda, o Governo tenha vindo a reafirmar, perante a reacção enérgica dos trabalhadores que essas medidas vêm atingir, que «cumprirá firmemente o seu dever de garantir a ordem nas empresas».

A luta contra as desintervenções, isto é, a devolução das empresas aos seus antigos patrões sabotadores é uma luta de grande importância contra a recuperação capitalista, mas uma luta que nunca poderá ser ganha empresa a empresa, por um lado, nem através do calcorrear dos gabinetes e corredores ministeriais pelas CT's, por outro lado. Aos revolucionários cabe a grande responsabilidade de apontar o caminho da resistência global às desintervenções, baseada nos seguintes princípios que a luta da classe operária já mostrou serem os mais justos:

1.º — Exigir o afastamento definitivo dos patrões comprovadamente sabotadores e a respectiva passagem para empresa de capital público e não arredar pé!

2.º — Elaborar em cada empresa «cadernos de luta contra a desintervenção» de forma a manter a iniciativa mesmo que o Governo, como o já mostrou, desrespeite e contrarie a vontade dos trabalhadores, entregando as empresas aos patrões, e a defender na luta as conquistas alcançadas.

GUÉRIN

Na Guérin, os trabalhadores opõem-se energeticamente à medida governamental com uma paralisação que dura já há

mais de uma semana, e torna-se público o teor do inquérito determinado pelos ministros das Finanças e da Indústria do VI Governo Provisório, que motivou a intervenção em des-pacho emitido pelos ministros da Indústria e Tecnologia e Finanças (em 8/2/77) no qual se pode ler «que a contabilidade da empresa não inspira a mínima confiança» e que «foi apurada a existência de irregularidades praticadas por elementos da administração, implicando responsabilidade civil e criminal dos seus autores».

Apesar de tudo isto, e para além de se terem ainda constatado outras fraudes fiscais, o Governo acabaria por decidir (nao obstante, uma decisão do Conselho de Ministros acen-tuando a existência de irregularidades praticadas por elementos da administração, implicando responsabilidade civil e criminal dos seus autores».

Tomé Feteira, em plena intervenção do Estado por tempo limitado e até se encontrar uma solução adequada aos interesses dos trabalhadores e da própria empresa.

Por seu lado, os trabalhadores da fábrica de línas Tomé Feteira, também em plenário decidiram iniciar a luta contra o regresso dos ex-patrões, estando dispostos a não permitir a sua entrada na empresa, tendo já apresentado ao Governo um projecto de estatuto jurídico propondo a formação de uma empresa de capital misto. Assim, no passado dia 25, e mediante uma forma de luta exemplar, todo o concelho da Marinha Grande (aquela fábrica situa-se em Vieira de Leiria) paralisou durante quinze minutos como protesto contra essa devolução, tendo-se ainda realizado uma manifestação com o mesmo propósito convocada pelos sindicatos da Indústria Vidreira e dos Metalúrgicos de

Trabalho) a continuação da intervenção do Estado por tempo limitado e até se encontrar uma solução adequada aos interesses dos trabalhadores e da própria empresa.

SIPE

«Após ano e meio em que os trabalhadores da SIPE mostraram ter capacidade para gerir os destinos da empresa, ao contrário do que os patrões pensavam, conseguiram com a sua organização diminuir parte das dívidas deixadas pelo patrão, criar postos de trabalho, isto tudo lutando contra os boicotes do exterior e do interior da empresa, no dia 1 de Abril vão regressar os patrões!»

Com a cobertura das leis antioperárias do Governo dito socialista, deixa de haver intervenção do Estado na empresa e tudo indica que os patrões vão querer novamente mandar a seu belo prazer nos trabalhadores da SIPE — salienta um comunicado da célula do MES nesta empresa, novo alvo da política de chamariz do investimento privado que o Governo está apostado em seguir, pela via da recuperação capitalista.

TOMÉ FETEIRA

Por seu lado, os trabalhadores da fábrica de línas Tomé Feteira, também em plenário decidiram iniciar a luta contra o regresso dos ex-patrões, estando dispostos a não permitir a sua entrada na empresa, tendo já apresentado ao Governo um projecto de estatuto jurídico propondo a formação de uma empresa de capital misto. Assim, no passado dia 25, e mediante uma forma de luta exemplar, todo o concelho da Marinha Grande (aquela fábrica situa-se em Vieira de Leiria) paralisou durante quinze minutos como protesto contra essa devolução, tendo-se ainda realizado uma manifestação com o mesmo propósito convocada pelos sindicatos da Indústria Vidreira e dos Metalúrgicos de

Leiria e apoiada pelo secretário das CT's do concelho.

Foi acentuado pela CT da Tomé Feteira que ao longo do período de intervenção foi aumentada a produtividade da empresa, assim como se começou a cumprir a contratação colectiva (recordem-se as grandes greves empreendidas pelos seus trabalhadores em 1975/76, provocadas pela recusa sistemática do patronato em cumprir as tabelas salariais, e que se saldaram por importantes vitórias). Mas o Governo PS fecha os olhos... e só abre bem os ouvidos para as opiniões e conselhos que o capitalismo estrangeiro, grande suporte do programa do Governo para «vencer a crise» no domínio económico, vai emitindo...

SUPERMERCADOS

No ramo dos Supermercados, para lá de voltarem agora a existir isoladamente várias cadeias até aqui agrupadas por efeito da intervenção estatal, os trabalhadores dos supermercados integrados e empresas associadas, sob intervenção do Estado, decidiram aprovar uma proposta que prevê a transformação daquelas firmas numa empresa pública, considerando «ser contrário aos interesses públicos devolver as empresas àqueles que, pela sua acção ruínosa, conduziram à ruptura do seu equilíbrio económico e financeiro», procurando ainda por essa forma a salvaguarda dos seus postos de trabalho bem como o cumprimento da contratação colectiva.



A política antioperária do Governo PS, em que as desintervenções se integram, não é mais do que a via para a recuperação pelo patronato das principais conquistas que, após o 25 de Abril, a luta das massas populares impôs

PETROGAL

Exigida a demissão do repressor Cabral Basto

Em votações secretas realizadas nos passados dias 24 e 25 de Março em todas as instalações da empresa, uma maioria de trabalhadores da PETROGAL pronunciou-se pela demissão do membro do Conselho da Gerência, Cabral Basto. A realização das votações havia sido decidida em plenários de zona, depois de esgotado o entendimento entre a organização de trabalhadores e a gerência da empresa a propósito das medidas repressivas recentes, algumas das quais referimos em artigo no n.º 54 do PP. Entre essas medidas destacam-se limitações drásticas no acesso dos trabalhadores à informação necessária ao controlo de gestão, sanções disciplinares a 29 trabalhadores e ordens às chefias para identificarem os trabalhadores que participaram numa prática-aviso de 1 hora realizada em 24 de Janeiro último.

O jurista Cabral Basto (antigo colaborador da «Revista de Estudos Sociais e Corporativos...») é justamente apontado pela organização dos trabalhadores como o «mentor e ideólogo das medidas repressivas tomadas na PETROGAL». Escondendo a sua personalida-

de fascizante e cobardia pessoal por detrás de uma cerrada linguagem legalista, este indivíduo tem sido uma peça essencial no processo de reforço da disciplina autoritária e repressiva dentro desta empresa pública de 6200 trabalhadores.

O reforço autoritário (que, significativamente, atinge sobretudo os sectores fabris) tem sido de par com a criação de um clima de desconfiança e divisões entre trabalhadores através, por exemplo, do processo corrente de promoções e nomeações para cargos de chefia (sobretudo nos sectores admi-

nistrativos e técnicos).

Os trabalhadores da PETROGAL consideram estar-se no limiar de um nova fase de luta na empresa, que exigirá grandes esforços e organização. Sob orientação do repressor Cabral Basto, a empresa adquiriu grande capacidade técnica e jurídica — concentrada na Direcção Geral do Pessoal e nos Serviços Jurídicos — para impor soluções repressivas e antioperárias. É o que começa a ver-se na segunda fase de negociação em curso para o ACT vertical da empresa e no legalismo das Ordens de Ser-

vico e processos disciplinares.

Entretanto vão-se avolumando as dúvidas sobre a reestruturação da empresa, sobre a utilização das Refinarias após o arranque de Sines em 1978, sobre o enquadramento de todos os trabalhadores provenientes dos antigos quadros da SACOR, SONAP, PETROSUL e CILDA na nova empresa única.

Exigindo a demissão do repressor Cabral Basto, os trabalhadores da PETROGAL fazem, pois, pontaria ao aparelho repressivo e de divisão que este novo patrão vem edificando passo a passo.

TV na Madeira — RTPPD?

Para além do que todos nós sabemos — que a TV não existe para ouvir trabalhadores mas unicamente governantes — o que tem o sr. Manuel Alegre a dizer à intronização da Assembleia Regional da Madeira na TV local, ao proibir uma série policial checoslovaca («Major Zeman») visto um

brilhante deputado do P.P.D. ter entendido que era uma afronta à Igreja?

Depois da CIRCE (censura à Imprensa estatizada) ter ido ao ar por ser considerada anti-constitucional, o Governo da Madeira já descobriu o processo de a fazer funcionar! Nada

mais nada menos que a Assembleia Regional onde o P.P.D. domina as operações.

O Sr. Manuel Alegre tem alguma coisa a ver com isto? A independência da RTP, face ao Governo, significa que a televisão do continente é do P.S. e a da Madeira do P.P.D.?!
No sentido de realojarem as famílias sinistradas e de lhes

ASSINATURA

Poder Popular
MES

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
 24 meses 250\$00
 estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

GDUP DE CUBA PROMOVE ENCONTRO

Como avançar com a Reforma Agrária?

A bem dizer, o 25 de Abril só chegou aqui ao Alentejo após o 11 de Março — com as primeiras expropriações. E a Reforma Agrária foi uma conquista tão sagrada dos trabalhadores, que o partido «socialista» do dr. Soares, muito partido e pouco socialista, ainda não teve a coragem de nos dizer cara a cara «Abaixo a Reforma Agrária», preferindo (por enquanto) afirmar que a Reforma Agrária não acabou — o que se está a fazer é a outra, (segundo eles) melhor. Melhor, sim, muito melhor — para uns (latifundiários) e pior, evidentemente, para outros (trabalhadores).

Trata-se da «reforma agrária» das reservas, das desocupações e das indemnizações, que Barreto e Portas Ld.ª põe em execução nesta época de crise (para os trabalhadores) em que ainda há «massa» cabonde para dar aos «pobres» dos latifundiários.

Quanto às expropriações, está quieto!
E, entretanto, a ofensiva contra a Reforma Agrária prossegue, passo a passo. A burguesia ainda não se sente em con-

dições de querer tudo de uma vez. Pediu, antes de exigir. E já teve alguma coisa. Escapando bem, bateu palmas, pediu mais e avançará pouco a pouco, se nós cruzarmos os braços — pois recuar não resolve. E sem luta não se consegue defender esta conquista dos trabalhadores portugueses. Mas com que meios, de que forma?

Foi neste sentido que o GDUP de Cuba promoveu um encontro sobre Reforma Agrária, que decorreu numa das últimas semanas nesta vila do Baixo Alentejo. Participaram algumas dezenas de trabalhadores rurais empenhados no processo de Reforma Agrária na região, além de outros trabalhadores e de camaradas dos GDUP's de Cuba e de Alvernoa e da CNUP.

Foi ponto assente que a unidade dos trabalhadores é indispensável para levar avante a Reforma Agrária e o socialismo neste país. Quanto ao modo de construir e fortalecer a unidade, nomeadamente no que respeita à Reforma Agrária, é que as divergências surgiram.

As desanexações, as UCP e as Unidades dos Trabalhadores

As desanexações, processo que consiste na saída de herdades das UCP's para a formação de cooperativas, e que ultimamente se tem verificado com algumas frequência, foi um dos temas mais polémicos do encontro.

«Eu não concordo com as desanexações, porque isso é que é dividir os trabalhadores» — afirmou um camarada trabalhador rural, discordando do projecto, apresentado pela mesa, de «formação de cooperativas, unidades colectivas mais pequenas, mais facilmente controláveis pelos trabalhadores, mas sempre na perspectiva da formação de unidades de cooperativas».

A discordância daquele e de mais alguns trabalhadores de Cuba (da Unidade Colectiva «Álvoro Cunha»), responderam os camaradas do GDUP de Alvernoa e da CNUP, salientando o primeiro que de maneira nenhuma se pretendia a divisão dos trabalhadores, mas sim pô-los a participar directa e constantemente na vida da Cooperativa, e não só a nível do seu sector de trabalho específico, mas também da própria gestão da Cooperativa. «Ali todos decidimos, a responsabilidade é de todos, não nos encostamos à Direcção, não nos desmobilizamos. Decidimos sementeirarmos, semeamos. E se as coisas não correm bem, ninguém se atria à Direcção, porque a decisão foi tomada colectivamente. E a prova de que queremos a unidade dos trabalhadores é que, por exemplo, na Cooperativa «Poder Popular» temos, nos nossos estábulos, 68 vacas da Unidade Colectiva de Ervidel». E acrescentou que, estando presentes em quase todos os processos de luta em que estiveram em jogo os interesses dos trabalhadores alentejanos, desde a dos soldados da Base Aérea n.º 11 à da Lobata, os trabalhadores de Alvernoa querem e lutam efectivamente para a unidade de todos os trabalhadores.

Na verdade, funcionando em cooperativas independentes, com gestão própria, mas solidárias, (e tão solidários que, por exemplo, uma Cooperativa deve 600contos, mas a União de Cooperativas — que existe, com o seu secretariado agregando elementos de todas as Cooperativas — paga), têm uma gestão por cooperativa, colectiva, participada, diferente de um tipo de administração em que uma Comissão Directiva faz tudo nas costas dos trabalhadores, levando à desmobilização e muitas vezes ao descontentamento e à vontade de desanexar que ainda por cima é apoiado pelo CRR, PS evidentemente, que incentiva as desanexações para integração no MUC. Mas o camarada de Alvernoa concluiu

que sobretudo «o que não se quer é que os trabalhadores desanexem para ir para o MUC», associação de cooperativas de tipo capitalista, controlada pelo PS, que reúne algumas cooperativas rentáveis, de terras boas, e nunca, por exemplo, as do conelho de Mértola, onde a terra produz muito mais suor que rendimento.

Mas o facto de serem necessárias cooperativas ou unidades colectivas (o nome é o menos) mais pequenas não significa que não se liguem (antes pelo contrário) a outras cooperativas ou unidades colectivas, de modo que as mais ricas ajudem as mais pobres.

É preciso, além disso, fazer planos de exploração para as cooperativas, de maneira a conseguir um maior aproveitamento de recursos, nomeadamente para a absorção de mão-de-obra que as reservas e as desanexações deixarão eventualmente no desemprego.

As desanexações, aliás, já também atingem Cuba, onde uma herdade, a Quinta da Esperança, deixou a UCP «A Cunha», o que seria pouco provável ter acontecido se houvesse efectivamente discussão no seio dos trabalhadores. A quinta da Esperança por enquanto está sózinha. Agora é preciso evitar que caia nas mãos do MUC, é preciso despertar a consciência dos trabalhadores para o perigo que o CRR e o MUC representam e para a necessidade de ligação a outras cooperativas.

NÃO HÁ UM GUIA

As tantas, um camarada afirmou: «Mas o problema é este: é que eles estão a lutar, mas quem não tem comer são eles. Eles não têm um guia».

Com efeito, nota-se, «com os partidos de esquerda divididos» como afirmou outro camarada participante no encontro, a «falta de uma frente única para combater o capital».

Há camaradas desrecentes («o socialismo não será já no meu tempo»), mas outros fazem-lhe ver que uma coisa são 30 anos de história e outra 30 anos da vida de um homem. «O que não mudou já o mundo depois da 2.ª Guerra Mundial? E a África, o que não mudou nos últimos anos?»

A gente sabe que a burguesia, quando tem força, atropela impunemente as leis que faz, mas também não é indiferente o facto de termos uma constituição progressista ou uma constituição fascista.

Por isso é preciso exigir do governo que se diz constitucional, o cumprimento da lei. Que é da expropriação dos 500 000 hectares de terra legalmente expropriáveis?

«Se o governo é pela lei, então que a aplique também quando ela é a favor dos trabalhadores».



AÇORES

Que alternativa para o actual Governo Regional?

Aparentemente tudo vai bem no arquipélago dos Açores.

Há uma Assembleia Regional eleita em Junho do ano passado, há um Governo Regional empossado em fins do ano passado e um ministro da República nomeado ao abrigo da Constituição pelo Presidente da República, por indicação do Primeiro-Ministro.

A Assembleia Regional é esmagadoramente P. S. D./P. D., o Governo Regional é todo ele P. S. D./P. D., as autarquias locais eleitas em Dezembro último são maioritariamente P. S. D./P. D.

Isto é, os homens, os planos, os projectos, a ideologia, que hoje dominam e são poder nos Açores são social-democratas de direita.

A oposição é reduzida. A direita um C. D. S., um M. I. R. N. em formação, uma F. L. A. sem espaço a curto prazo e todos extremamente minoritários. À esquerda um P. S. mal formado, mal apoiado pelas estruturas centrais do Partido, mal ligado ao Governo Central, pouco presente ao nível de base, aparentemente sem projecto para os Açores, possuído de contradições internas a agravar-se, mas com alguns bons militantes, embora perdidos no meio de tudo isto e sentindo que são um pouco para o P. S. D./P. D., aquilo que este é, no continente para o P. S., isto é, compadres.

A esquerda, embora muito combativa, está fragmentada. Apesar de pouco implantada, tendo vindo a demonstrar que a luta de classes é um facto. Aparentemente pois todas as condições haveria para que o P. S. D. governasse sem problemas.

Mas tal não é verdade. A Assembleia Regional embora aprovou tudo aquilo que o P. S. D./P. D. lhe propôs tem sido um bom palco para perceber com clareza quais os projectos de uns outros, apresentando-se por vezes o P. S. como um compadre incómodo.

O próprio P. S. D./P. D. deixa de quando em vez escapar as suas contradições, supostas entre uma ala micaelense e outra terceirense.

Fala-se de remodelações no Governo Regional, ou reajustamento, como modernamente se lhes chama e há quem diga que o secretário regional para a Educação já dirige o Plano Pecuário dos Açores.

O Instituto Universitário dos

Açores cobre cientificamente a presença e influência política dos inúmeros técnicos do Banco Mundial, A. I. D., O. C. D. E., americanos ou franceses que coordenados pelo amigo P. S. D./P. D., dr. Norman Bailey, lá vão dizendo aos senhores membros do Governo Regional, como devem administrar o Poder.

E nós que não nos esqueçamos de um artigo publicado em 1972, do dr. Mota Amaral, defendendo para os Açores um estatuto político semelhante ao de Porto Rico para os americanos ou do recentemente substituído no Governo P. S., Vítor Cunha Rego, que há bem pouco tempo em editorial no «Diário de Notícias», defendia o modelo californiano para Portugal.

No meio de todas estas forças, encontra-se o ministro da República, general Galvão de Figueiredo, em casa de quem a F. L. A. já colocou uma bomba e que normalmente é insultado sempre que sai em deslocações oficiais, especialmente em S. Miguel.

Apesar da posição que ocupa e do conhecimento que tem do que é realmente o Governo Regional e de quem são os homens que manobram por detrás da F. L. A., o ministro da República tem-se mostrado incapaz pelos compromissos políticos a que se encontra amarrado, de impedir os desvios à Constituição cometidos pelas forças de extrema-direita, ou impedir os desajustamentos que constantemente o Governo Regional procura fazer às leis e diplomas aprovados pelo Governo Central.

Os recentes acontecimentos verificados em Vila do Porto, a propósito do possível desvio das carreiras aéreas para as Lajes, mas Lajes do Pico, a propósito da disputa pela posse do Hospital da Misericórdia, nos Cedros-Faial, quando a população escorraçou o fascista José de Almeida, como outros factos, demonstram que o povo açoriano, que cada vez mais se vem abstenendo em actos eleitorais de tipo burguês, não vai nas conversas do P. S. D./P. D., que a luta de classes existe e que isso de querer meter a martelo a social-democracia no arquipélago há-de fazer passar a burguesia por muitas dores.

Voltaremos em próximo número do nosso jornal a este assunto.



A mesa que dirigiu os trabalhos, presidida pelo camarada Afonso de Barros, da CNUP.

A PROPÓSITO DE UM COMUNICADO

As manobras da UDP no MUP

A propósito do nosso artigo «Combater os erros para que o MUP avance — crítica à prática da UDP e do PCP» publicado no n.º 54 do Poder Popular, em 17 de Fevereiro, a Comissão Distrital de Lisboa do MUP, emitiu um comunicado em que considerava esse artigo «calunioso», «provocatório» e «oportunistas».

O que teria o nosso artigo para provocar na C.D.L. uma tal fúria crítica?

Claro que mais uma vez esta distrital vem fazer política da UDP e não do MUP como lhe competiria...

Assim, vem mostrar-se atingida em cheio pelas nossas críticas à UDP (se enfia o barrete, é porque lhe serve) quando de facto a C.D.L. só aparece mencionada uma vez no nosso artigo, a propósito da «incapacidade sequer para organizar uma escola de permanências e manter a sede aberta diariamente», o que, à data da saída do artigo, era verdade incontroversa verificável por quantos frequentavam a sede.

O que pretende então a C.D.L. com o seu comunicado? A C.D.L. dedica-se a fazer ataques à Direcção Nacional — CNUP — ao mesmo tempo que reivindica como obra sua tudo (ou quase) o que os GDUP têm realizado.

Assim teria sido a Distrital quem organizou «a legalização dos GDUP's»; «as jornadas anti-fascistas do 28 de Setembro»; «todo o trabalho para a elaboração das listas para as autarquias (enquanto assistia à pasmaceira a nível da CNUP) toda a campanha pela libertação do camarada Oteiro»; «todo o trabalho sindical»; «todo o trabalho de denúncia do julgamento dos pides (enquanto a CNUP assistia serenamente...)».

Além disto teria sido — ainda segundo o mesmo comunicado — a C.D.L. quem «elaborou uma proposta alternativa global de Governo»; «quem mais tem contribuído com fundos»; «quem tem vendido e difundido as edições da CNUP».

Que dizer de «tão magnífico» balanço de actividades? Apenas que, de tão elogioso, ele não pode ser levado a sério por quantos conheçam o que é a realidade do trabalho desenvolvido por esta Distrital.

Este comunicado não passa de mais uma peça das manobras que a UDP leva a cabo, através dos órgãos que domina, contra aqueles aonde encontra maiores dificuldades. Eram precisamente estas práticas que analisávamos e criticávamos no artigo em questão...

A reacção da Distrital de Lisboa serve afinal de prova do que temos vindo a criticar... Nem tudo se perde!

ENDA - Construir a UNEP na luta!

No passado dia 13 de Março realizou-se mais um Encontro Nacional de Direcções Associativas. (ENDA). Muito do seu interesse reside na avaliação da relação de forças ao nível das diversas associações estudantis. Se a direita reaccionária, em que a força mais importante é a JSD, consegue uma maioria poria em prática aquilo por que se vem batendo: a formação imediata da UNEP.

Os revolucionários e, de modo geral, todas as forças progressistas têm sobre este as-

pecto uma posição bem clara: o Congresso da UNEP só pode avançar quando estiverem reunidas condições mínimas, em particular a ampla discussão nas escolas do processo que levará à criação da UNEP.

Este ENDA, que registou a maior participação de sempre, com mais de 100 direcções presentes, embora se ressentisse de uma certa desmobilização no desenrolar da Ordem de Trabalhos (a verificação da validade das credenciais prolongou-se para além do que seria razoável) constituiu, sem dúvida, um passo em frente na

luta contra o avanço da direita nas escolas.

De facto para além da análise que urge fazer dos motivos dessa desmobilização que tem as suas raízes na falta de discussão nas escolas sobre a UNEP e nas novas formas por que se manifesta o descontentamento dos estudantes em relação à política do meio, é certo que o ENDA acabaria por aprovar uma proposta que cortou o passo à arremetida da JSD, reafirmando a estrutura coordenadora (COMORG) actual e reconhecendo a situação

de desmobilização nas escolas em relação à criação da UNEP.

Para os revolucionários trata-se de reforçar o trabalho associativo, lançando a organização de base em toda a escola, Comissões de Curso e Turma, e Delegados de Turma, defendendo o apertadismo e a democracia na vida associativa e da escola. Trata-se ainda de saber reforçar o trabalho associativo ligando-o a um profundo trabalho cultural e ideológico, politizando os terrenos de intervenção mobilizando as amplas camadas juvenis, unindo-as à luta do povo.

A actualidade da Revolução Russa

Passa este ano o 60.º aniversário da Revolução Russa, a primeira revolução proletária que triunfou, abrindo caminho à primeira experiência de construção de uma sociedade nova, a sociedade socialista.

Os problemas com que então se defrontaram os revolucionários russos e para os quais tiveram que improvisar respostas (a curta duração da Comuna de Paris em 1871), apenas permitiu tirar indicações de carácter geral, constituindo ainda hoje uma fonte inesgotável de lições para os comunistas. Fuga de capitais, «lock-outs», sabotagem dos quadros técnicos, cerco imperialista, fome, doença, guerra civil, intervenção militar estrangeira, tudo isto tiveram que defrontar o partido bolchevista e o povo russo.

Muitos destes problemas, para além das condições específicas em que surgiram, são inerentes a qualquer crise revolucionária e também se ergueram contra os trabalhadores portugueses ao longo do processo que vivemos após o 25 de Abril de 74.

O «Poder Popular» inicia neste número a publicação de alguns artigos introdutórios à discussão destas questões. Pretendem apenas fornecer uma visão geral, alertando, contudo, para alguns pontos em particular.

DE FEVEREIRO A OUTUBRO DE 1917

A capacidade do proletariado russo para comandar a luta e assegurar os aliados fundamentais era, para Lenine, factor decisivo para conseguir levar a revolução democrática burguesa até às suas últimas consequências, até à revolução socialista (1). Os acontecimentos de 1917 mostrariam a justiça da sua visão.

Em Fevereiro desse ano, os operários de Petrogrado desceram à rua chamando para o seu lado os soldados da guarnição da cidade, derrubaram o czarismo, arrastando

atrás de si as massas populares de toda a Rússia. E enquanto a pequena-burguesia e a burguesia liberal empenhavam o melhor dos seus esforços na constituição e consolidação de um Governo Provisório que lhes garantisse as rédeas do poder, nas fábricas, nos quartéis, nos bairros, em certas zonas rurais, as massas exploradas e oprimidas erguiam os seus próprios órgãos de poder: os sovietes (2).

A posição face a este duplo poder, o da burguesia representado pelo Governo Provisório, o do proletariado e seus aliados incarnado nos sovietes, iria opor Lenine à direcção do Partido Bolchevista. Nas «Teses de Abril» afirmava: «O que há de original na actualidade russa é a transição da primeira etapa da Revolução, que deu o poder à burguesia e ao grau deficiente de consciência e organização do proletariado, à segunda etapa, que deve dar o poder ao proletariado e às camadas pobres do campesinato». O que, para Lenine, só poderia ser alcançado se a classe operária assumisse a direcção da revolução democrática conduzindo-a até à instauração da sua ditadura. O que implicava a defesa e o reforço dos sovietes («Todo o poder aos sovietes») e o ganhar da hegemonia dos bolchevistas dentro destes.

A direcção do Partido, pela mão de Kamenev e de Staline, escrevia no «Pravda», antes da chegada de Lenine à Rússia: «A tarefa essencial é a de instituir um regime republicano democrático», dispondo-se a apoiar o Governo Provisório «na medida em que este combata a reacção e a contra-revolução».

Era uma visão etapista do movimento das lutas de classes: primeiro a democracia burguesa e depois desta cumprir a sua missão, lutar pelo socialismo. Na prática, correspondia a remeter a acção do Partido ao parlamentarismo, a pô-lo a reboque dos interesses

da burguesia liberal.

Lenine iria ter de travar, logo após o seu regresso, em Abril, do exílio na Suíça, um duro combate ideológico contra os seus camaradas. A firmeza e a clareza das suas posições, a pressão das bases proletárias, o próprio desenrolar do processo levariam à adopção, pela organização bolchevista, das suas teses.

A discussão havida nos órgãos dirigentes dos bolchevistas em Outubro desse mesmo ano, sobre a questão da tomada do poder, não foi mais que a continuação da havida em Abril. Por detrás dos argumentos de Zinoviev e de Kameniev de que a insurreição popular armada era uma aventura, escondia-se a mesma aposta na institucionalização de um regime democrático burguês, a mesma incompreensão da relação de forças presente: o «ditadura democrática do proletariado e dos camponeses» ou ditadura da burguesia apoiada no imperialismo.

Foi na identificação do pensamento de Lenine com o sentir mais profundo das massas populares do antigo império czarista que assentou a vitória da Revolução de Outubro.

Mas para ele, a revolução russa era apenas o prelúdio da revolução proletária mundial. (3) Lenine via claramente que num país fundamentalmente agrícola, marcado por um desenvolvimento económico muito desigual, devastado pela guerra, acossado pela fome e pela doença, o socialismo não poderia ser construído senão à custa de enormes sacrifícios para as classes trabalhadoras. Só a vitória do proletariado nos países capitalistas desenvolvidos da Europa, como por exemplo na Alemanha, poderia impedir o povo russo de pagar tal preço. Mas para isso era necessário uma vanguarda unificada que, adoptando os princípios organizativos dos bolchevistas, apontasse o caminho ao proletariado mundial.



A entrada do Exército Vermelho em Vladivostok, último baluarte czarista.

O Partido bolchevista iria ser, dentro desta perspectiva, o grande impulsionador da construção da III Internacional. Esta seria o centro coordenador e dirigente das diversas vanguardas comunistas dispersas pelos vários países, muitas delas ainda coladas aos partidos sociais-democratas.

meira vez durante a revolução 1905. «Estes sovietes de deputados operários começaram a desempenhar, cada vez mais, em algumas cidades da Rússia, o papel de Governo Provisório revolucionário, o papel de órgãos e dirigentes das insurreições» escreveu Lenine em Janeiro de 1917, recordando a experiência da primeira revolução russa, a de 1905;

(3) — Em 1916, na sua obra «Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalis-

mo» Lenine define o traço dominante da actual época histórica — a decadência do capitalismo como sistema de organização económico e social à escala mundial. A fundamenta a sua tese de que a destruição do «elo mais fraco da cadeia imperialista (o império dos czares) permitiria ao proletariado mundial avançar em direcção à revolução socialista e às nações oprimidas lutar vitoriosamente contra o jugo imperialista.

NOTAS

- (1) — Recorde-se o artigo do «Poder Popular» n.º 52;
- (2) — Os sovietes (conselhos) foram órgãos de poder operário e popular que apareceram pela pri-



BEETHOVEN O tom de um tribuno popular

Comemora-se este ano, por todo o mundo, o 150.º aniversário da morte de Ludwig Van Beethoven, ocorrida em 26 de Março de 1827, aos 57 anos de idade desse músico e genial compositor.

A importância fundamental de Beethoven está em que, alimentado pelos ideais de Rousseau e da Revolução Francesa de 1789, ele foi o primeiro compositor deliberadamente democrático, desprezando as hierarquias sociais e a sua influência na criação musical, não se dirigindo já a uma classe privilegiada, mas a toda a humanidade, quer aos seus contemporâneos quer à própria posteridade, pela sua expressão mais livre e impulsiva. Com a sua música, e pela primeira vez na história do que hoje se chama música clássica ou erudita, o Povo tomou assento na criação musical.

Beethoven, adoptando o tom de um tribuno popular, consagrando as ideias universalistas que na sua época incarnavam o progresso, soube exprimir na linguagem musical, traduzindo por essa forma culturalmente, a ascensão e irrupção das grandes massas populares na moderna cena histórica, a partir dos ideais e aspirações (porventura ainda impregnados do individualismo da burguesia progressista nascente, mas com verdadeiro eco popular) da Revolução democrática Francesa de «Liberdade, Igualdade, Fraternidade» — tal como, por exemplo Eisenstein o fez no cinema (nomeadamente no «Couroçado Potemkine»),

mas partindo agora dos pressupostos bastante mais firmes, porque de um já bem vincado e fundamentado carácter de classe, da Revolução de Outubro.

Isto é, com os primeiros acordes da sua célebre 5.ª Sinfonia pode-se efectivamente dizer que são as próprias massas populares que batem à porta dessa mesma criação e cultura musicais, buscando aí o seu lugar. Ou, dito de outra maneira, esses acordes prefiguram no campo musical aquilo que viriam a ser as aspirações de autonomia das massas populares, concretizadas politicamente nas grandes acções revolucionárias de massas de 1848-50 na Europa ou da própria Comuna de Paris.

Com Beethoven experimentamos pela primeira vez a sensação de ver a música repentinamente atacada e conquistada por um imperativo de gravidade. É como se tivesse adquirido subitamente um objectivo, uma vontade consciente, tensa do princípio ao fim... E uma característica muito importante da música de Beethoven essa vontade imperiosa, irreversível e permanente.

A sua arte é uma arte de luta e de tensão sobre-humana (nos próprios termos de Lenine ao referir-se à sonata para piano «Apassionata»). É uma chamada à acção, uma afirmação do homem sobre o seu próprio destino, uma forma de «agarrar o Destino pela garganta» (no dizer de Beethoven) uma afirmação da vontade criadora que a época de Beethoven

inaugurou em todos os aspectos do campo cultural; e que, com ele, possibilitou a saída da música para fora dos salões aristocráticos, dirigindo-se agora, arengando mesmo, a toda a humanidade — o que constituiu um progresso notável.

Mas não podemos deixar passar a ocasião para, simultaneamente, alertarmos e denunciar a apropriação que a burguesia faz desta mesma cultura musical, património geral dos povos, segregando-a das amplas massas populares, procurando até contrapô-la à própria experiência e sensibilidade musicais que as massas espontaneamente elaboram como seu património cultural geográfico específico, e que, em si, nada têm de antagónico, mas isso sim antes reflectem aquela mesma separação artificialmente (e também materialmente) alimentada e, ainda, a própria existência das classes, fruto na nossa época da sociedade capitalista industrial.

E uma das grandes tarefas da revolução cultural na sociedade socialista terá de ser precisamente essa: o reencontro das grandes massas com toda a cultura que elas mesmas, como base e fundamento último de qualquer formação social, possibilitaram. O que significará o fim da alienação, isto é, a reapropriação pelas massas populares daquilo que, em última instância, delas próprias saiu, e de que foram afastadas pelo domínio de uma classe exploradora dominante da qual terão de se libertar.

A mulher na Revolução

Sem levar em conta as nossas instruções, as operárias de várias fábricas de tecelagem, entraram em greve e enviaram delegações aos metalúrgicos pedindo apoio e solidariedade...

Não ocorreu a um único trabalhador que pudesse ser este o primeiro dia da Revolução...

A Revolução de Fevereiro começou na base, abalando a resistência das organizações revolucionárias: a iniciativa foi tomada pelas operárias da indústria têxtil...

As bichas diante das padarias foram a gota de água que fez transbordar o copo. Nesse dia 90 000 trabalhadores, homens e mulheres entraram em greve. A sua combatividade manifestava-se em movimentação populares, concentrações e recontros com a polícia. Uma manifestação de mulheres em que nem todas eram proletárias concentrou-se frente à Duma Municipal exigindo Pão. Bandeiras vermelhas surgiram em vários bairros da cidade e as palavras de ordem gritadas mostravam bem que os trabalhadores queriam pão, queriam paz e o fim do regime.

Este dia das mulheres terminou entusiasticamente sem fazer vítimas. Mas ao cair da noite, ninguém duvidava já do seu significado real.

Na lei Czarista podia ler-se: «A mulher está obrigada a obedecer ao seu marido, chefe da família, a mostrar-se amante e respeitadora, a submeter-se-lhe em todas as circunstâncias, a testemunhar-lhe sempre submissão e afeição».

Toda e qualquer resistência era quase impossível. As mulheres que romperam estas cadeias de ferro aderindo a movimentos revolucionários foram sempre marginalizadas.

A Revolução transformaria tudo isto «pela primeira vez na história, a nossa lei apagou tudo aquilo que faz da mulher um ser sem direitos» (Lenine).

A família voou em pedaços. As mulheres assumiram tarefas até aí só desempenha-

das por homens, aprenderam novos ofícios e organizaram-se dentro da classe.

Com o fim da guerra, ao serem despedidas milhares de operárias para que os homens até aí ocupados na frente de combate, ocupassem os seus lugares, é ainda a questão da mulher que leva o Conselho de Petrogrado a considerar individualmente a situação de cada trabalhador seja ele homem ou mulher e a afirmar que: «só assim conseguiremos manter as mulheres nas nossas organizações e impedir o divisionismo entre os trabalhadores». Foram então concedidos às mulheres os mesmos direitos no trabalho que aos outros membros da classe operária, intro-

duzindo assim um novo critério económico nos casos de excesso de mão-de-obra.

Mas apesar de reconhecermos na acção das operárias de Petrogrado a mola que despoletou as forças organizadas que levariam ao desencadear da Revolução de 17, sabemos que esta não teve a mesma importância e significado político nos acontecimentos que lhe viriam a suceder. Mas é uma acção exemplar e de um alcance incalculável pois rompe pela primeira vez com a opressão de que todas as mulheres eram vítimas.

Se fosse mais conhecida a história do Movimento Operário Feminino, poderíamos ter uma ideia mais precisa dos progressos lentos mas persistentes em matéria de consciencialização e organização, graças aos quais foi possível serem as operárias a enviar delegações que levassem ao desencadear da greve geral.

Algumas destas conquistas podem, hoje, parecer-nos irrisórias, e um dado adquirido aquilo por que estas mulheres se bateram. Mas as conquistas alcançadas pelas mulheres russas na Revolução de 17, representam de facto um gigantesco passo em frente na luta pela plena igualdade entre Homem e Mulher.

Conquistas essas que hoje nós não permitimos esquecer a importância capital dos objectivos ainda por alcançar.

AUMENTO DO CUSTO DE VIDA O PREÇO DO 25 DE NOVEMBRO

O aumento do custo de vida tem vindo a tornar-se a preocupação número um, quer dos trabalhadores, quer dos patrões ou do Governo, embora por razões diferentes.

Para os trabalhadores é este o terreno, a par com as devoluções de empresas ao patronato sabotador (Guérin, Tomé Feteira, Supermercados A.C. Santos, etc) e com os despedimentos repressivos dos elementos mais combativos da classe (dirigentes e delegados sindicais como nos têxteis, material eléctrico, etc), onde melhor e mais claramente sentem e compreendem o que é a recuperação capitalista, o que significa para eles o Pacto Social que a burguesia e o Governo PS querem fazer-nos aceitar.

Para se poder comparar a evolução dos salários e do poder de compra dos trabalhadores com a evolução do custo de vida, reproduzimos alguns quadros indicativos dessas evoluções.

Da observação destes quadros sobressaem as conquistas salariais alcançadas pelos trabalhadores nos meses que se seguiram ao 25 de Abril e que se prolongaram por todo o ano de 1975, até ao 25 de Novembro, data a partir do qual as negociações de CCTs foram suspensas.

A mesma ofensiva popular que arrancou ao patronato tão importantes aumentos salariais, impediu que a taxa de inflação atingisse os valores do tempo do fascismo, o que se traduziu por um real aumento do poder de compra dos trabalhadores durante esse período.

O golpe reaccionário do 25 de Novembro, como já assinalámos atrás, veio dar força à burguesia para inverter o pro-

cesso. O que, aliás, as estatísticas não deixam de assinalar, mostrando uma acentuada quebra nos aumentos salariais e uma não menos acentuada subida no custo de vida e consequente baixa do poder de compra dos trabalhadores.

As conclusões que os reformistas tiram desta evolução mostram bem quais os seus objectivos tácticos. Interessados em justificar a validade e a viabilidade da sua linha política, conduzem a sua análise no sentido de mostrar que os IV e V Governos provisórios é que eram bons, é que defendiam verdadeiramente os interesses dos trabalhadores, remetendo para estes as virtudes dos aumentos salariais, da descida da taxa de inflação e da elevação do poder de compra dos trabalhadores, conseguidos nesse altura. Isto é, fazem «heróis» os homens que se limitavam a dar forma de lei, quando não entravam, às conquistas que os verdadeiros heróis da História, as massas populares, iam alcançando no seu dia-a-dia.

Dos quadros referentes ao «cabaz», dito por rotina de «compras», e a outros produtos essenciais, algumas conclusões se podem igualmente tirar.

Para além de ter reduzido em mais de metade o número de produtos sujeitos a controlo de preços, o Governo deixou livres de qualquer controlo bens fundamentais como medicamentos, rendas de casa, alimentos como carnes e peixes frescos, etc., o que se irá traduzir, evidentemente, no agravamento dos respectivos preços.

A desvalorização do estudo veio piorar esta situação, e isto apesar de os srs. ministros garantirem a pés juntos, nos jornais, na rádio e na TV, que não senhor, que o traseiro não tem nada a ver com as calças.

Contudo, se atendermos a que 80 por cento das nossas importações é constituída por bens essenciais à alimentação e por matérias-primas para a produção industrial, constataremos facilmente que a nossa bolsa será fortemente atingida por esta medida.

Para completar esta situação, acrescente-se os aumentos das tarifas dos CTT, da instalação dos telefones, além dos aumentos das taxas, sobre-taxas e adicionais às taxas sobre os mais variados produtos que se irão traduzir em acréscimos substanciais nos preços ao consumidor final.

Esta subida do custo de vida atinge igualmente outras camadas sociais, algumas das quais servirão de base social de apoio às forças de direita na sua campanha anticomunista de antes de 25 de Novembro, como é o caso dos pequenos patrões do comércio retalhista. Estes queixam-se que a alta dos preços tem provocado um decréscimo nas vendas, especialmente nos sectores de «Têxteis, Vestuários e Calçado» e «Móveis e artigos de mobiliário».

Em compensação, os intermediários, o comércio grossista, as empresas industriais que vêm, com a inflação, aumentar os preços dos seus produtos a um ritmo mais rápido que o aumento dos custos de produção desses mesmos produtos, obtêm lucros chorudos.

Contrariamente ao que afirmam os reformistas, não é com o regresso a coligações governamentais do tipo do IV ou V Governos provisórios que se poderá combater o aumento do custo de vida e elevar o poder de compra dos trabalhadores. Mas combatesse mesmo período nos ensina, só através da unidade, da organização e da luta se poderá dar resposta eficaz a tal problema.

QUADRO IV COMPOSIÇÃO DO «CABAZ» e evolução dos respectivos preços

Produtos	Preço em 31/12/76	Preço Actual	Percentual
1 — Pão			
de 1.ª	12500	16500	33,3
2.ª	5550	10580	92,7
carcaças	560	580	33,3
2 — Massas Alimentícias			
superior	13500	14540/15510	13,8
corrente	9520	9580/10520	8,9
3 — Bolachas Populares			
torrada	28500	33500	17,9
Maria	32580	36580	17,7
água e sal	31520	18,1	
4 — Farinha de Trigo Cul.	9500/9540	10530/10590	15,2
6 — Açúcar			
granulado	19550	19550	
refinado corr.	12580	18550	44,5
7 — Óleos Alimentares			
soja	31550	36500	14,3
girassol	34550	40500	15,9
amendoim	34550	40500	15,9
8 — Margarinas			
vaqueiro	35550	39550	11,3
planta	41560	50500	20,2
9 — Leites			
pasteurizado (normal)	6500	7500	16,7
comum	4560	6500	30,4
ultrapasteurizado	9550	12550	31,6
esterilizado	9500/10500	12500/13500	31,6
especial esterilizado	9550	13550	42,1
pré-gordo	70500	84500	20,0
pré-médio gordo	67550	81500	20,0
pré-magro	52500	80500	53,8
11 — Carne de Bovino congelada			
de 1.ª sem osso	100500	180500	80,0
de 2.ª, sem osso	64500		
de 3.ª, sem osso			
12 — Sabão Ullenhach	10580	13580	27,8
13 — Martelada	91550	95500	4,0
14 — Salsichas	18550	20550	11,0
15 — Ovos			
cor branca pequenos	20520	24590	23,3
cor branca grandes	24530	29560	21,4
cor castanha peq.	21540	26530	22,9
cor castanha grand.	25570	31520	21,4
ovotermo cor branc.	29560	34580	20,0
ovotermo cor cast.	36560	36570	19,9

QUADRO V SITUAÇÃO ACTUAL DOS PRODUTOS ESSENCIAIS SUJEITOS AO REGIME DE PREÇOS MÁXIMOS EM 31/12/76

Produtos	Preço em 31/12/76	Preço Actual	Aumento Percentual	Regime Anterior de Preços	Actual de Preços
1 — Batata de consumo	7550	9550	23,0	Máximo	Máximo
2 — Frango					
carcaça c/ miúdezas	43550	53550	22,5	"	"
carcaças s/ miúdezas	44550	58530	31,0	"	"
miúdezas	13500	28550	119,2	"	"
3 — Queijo flamengo	75500	135500	80,0	"	"
4 — Leite em pó instantâneo					
gordo	86550	128500	48,0	"	"
magro	83550	128500	53,3	"	"
5 — Dietéticos derivados do leite					
Pelargon	94500	120500	27,7	"	"
Nutegen	88500	130500	47,7	"	"
Nigel	102500	142550	39,7	"	"
Nektamil	121550	142550	17,3	"	"
6 — Bacalhau seco (especial)					
7 — Carne de bovino verde					
de 1.ª		195500			
2.ª		140500			
de 3.ª		85500			
8 — Azeite	57550	69580	21,4	"	"
9 — Fiambre	98500	100500	2,0	"	Libre
10 — Conservas de peixe					
atum	18500				
sardinha	9590				
11 — Bacalhau					
corrente	85500				
miúdo de 1.ª	85500				
12 — Margarinas					
Alpina/250 g	10540				
Flora/250 g	11540				
culinária/250 g	9520				
13 — Refrigerantes					
gaseoso/litro	11590				
larajada/litro	12580				
14 — Petróleo iluminante					
15 — Sabões					
super/400 g	6570				
extra/500 g	6580				
16 — Manteiga	56500				
17 — Águas de mesa					
18 — Limpeza a seco do vestuário					
19 — Marmelada					
20 — Café-bebida	3550/4550/3550/4550				

QUADRO I

Sector	Acréscimos anuais em %						
	Período antes do 25 de Abril				Período após 25 de Abril		
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Agricultura							
Homens	11,3	13,0	12,2	13,1	32,9	24,3	13,3
Mulheres	9,7	15,5	11,4	15,8	40,5	34,7	13,3
Industria e Transport.							
Lisboa	11,8	10,8	8,5	11,8	32,3	18,7	11,9
Porto	10,4	13,4	12,7	7,4	38,5	27,8	10,0
C. Civil	9,6	3,9	2,5	2,5	33,3	29,6	2,1

Fonte: INE e O.C.D.E.

QUADRO II

Últimos 6 meses do Governo Marcelista	I, II e III Governos Provisórios-9 meses	Ano de 1974	IV e V Governos Provisórios	Ano 1975	Ano 1976
Outubro 73 a Março 74	Maió 74 a Dezembro 74		Maió 75 a Set. 75		
39,4	30	26,2	8,4	17	26,8

QUADRO III — EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES (Variação em Percntg.)

Últimos 6 meses da ditadura fascista	1974	1975	Últimos 6 meses do VI Governo Provisório
-6,0	+7,5	+10,7	-4,4

Fonte: Boletins Mensais do INE, Plano do Governo para 1977 e D.G.P.